

## Anexo

O direito à moradia é uma das demandas centrais da população em situação de rua. Trazida pelos movimentos, mas também sempre presente nos discursos e conversas na rua, a habitação é a base para que as pessoas possam se reestruturar para buscar a inserção na sociedade. Entretanto, a escassez de programas voltados para este público de baixa ou nenhuma renda é uma realidade para programas habitacionais, seja para Habitação de Interesse Social, seja para Aluguel Social. Sem habitação, o caminho para se sair das situações de vulnerabilidade é extremamente truçulento.

Isto acontece porque é somente com esse direito conquistado que algumas das situações que fomentam a permanência em situações de vulnerabilidade são amenizadas. Há questões de higiene pessoal básica, há a segurança de se estar entre quatro paredes e tantas outros aspectos ligados à enorme vulnerabilidade de se estar na rua que só podem ser amenizados com moradia. E quando se almeja a inserção dessa população no mercado de trabalho há outra grande questão: os centros de acolhida têm horários restritos que não atendem a trabalhadores formais.

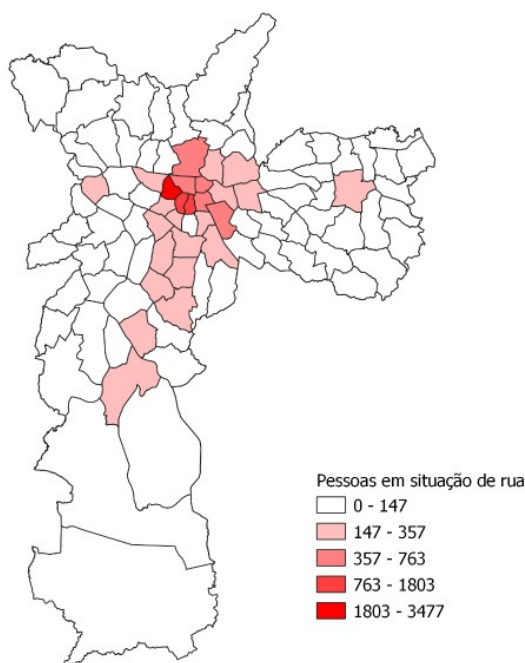
Já quanto ao serviço de estadia temporária, em lugares como os centros de acolhida, este modelo não mostra eficácia a longo prazo para reduzir o total de pessoas em situação de rua, vide tabela a seguir extraída de Daniel De Lucca, “Nem Dentro nem Fora do Albergue”. Além disso, os CTAs atualmente não são capazes de atender à enorme demanda, estão superlotados, sem vagas.

Contagens da população de rua e sua distribuição por local de pernoite <sup>13</sup>				
Ano	Logradouros públicos	Albergue ou abrigos	Total	Gestão Municipal
1991	3.392	900*	4.293	Erundina
1994	2.800	1.749	4.549	Maluf
1996	3.421	1.913	5.334	Maluf
1998	3.037	3.416	6.453	Pitta
2000	5.013	3.693	8.706	Pitta
2003	4.208	6.186	10.394	Marta
2010	6.587	7.587	13.666	Kassab

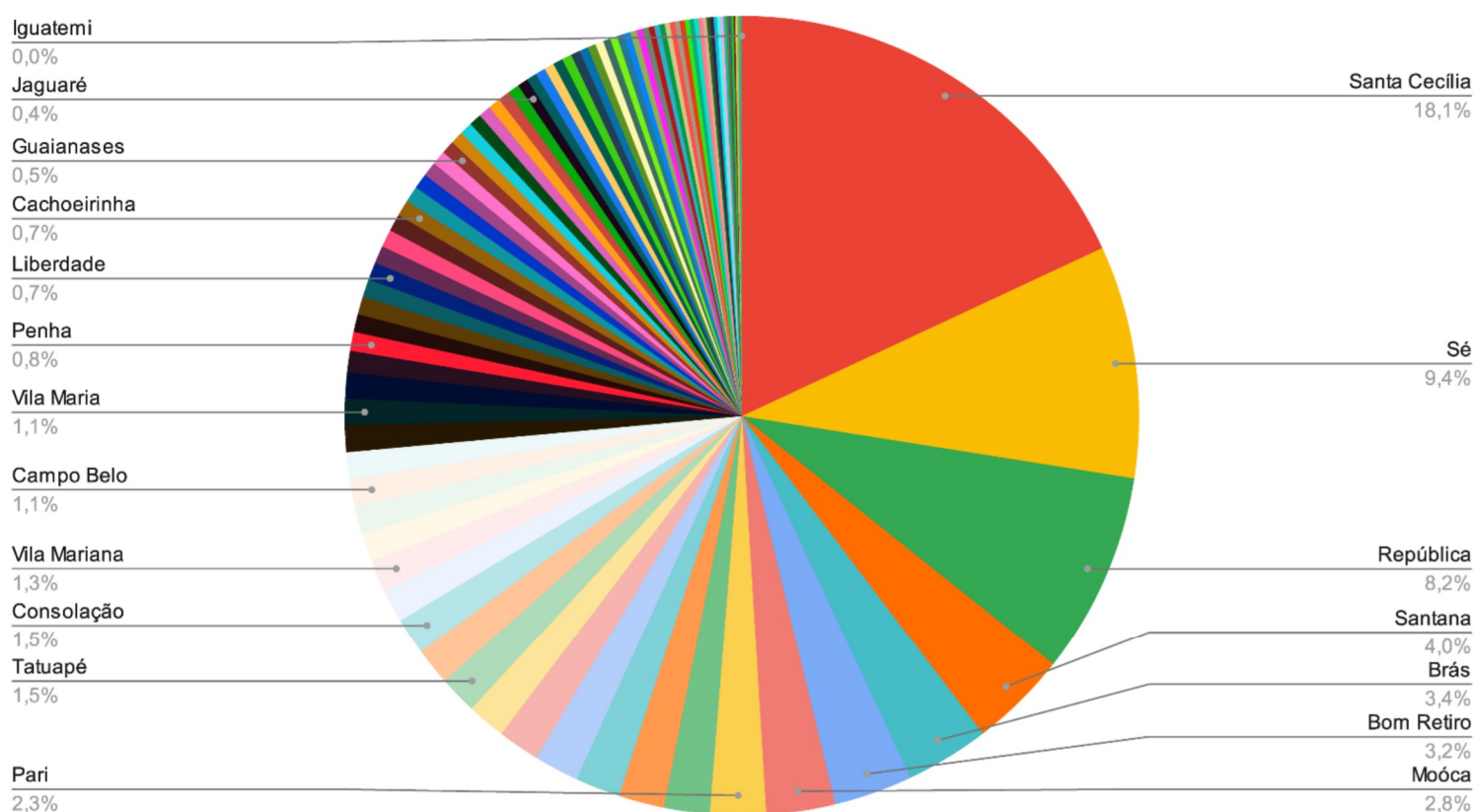
Outro ponto que barra a conquista de um emprego e de benefícios sociais oferecidos aos cidadãos é a falta de um endereço. Não são poucos os relatos em que essa exigência não foi atendida e, por isso, possibilidades foram negadas. Sem emprego, sem renda, o acesso a programas de moradia é restrito.

Incluir, no público que acessa à HIS, a população em situação de rua, é assegurar a essa população o direito à moradia assegurado na constituição. De acordo com o INRua, a ideia básica do housing first foi desenvolvida nos EUA no final da década de 1980 e tem como princípios básicos o acesso imediato à moradia, a escolha do beneficiário e autodeterminação do serviço orientado para a recuperação, suporte individualizado e guiado pelo beneficiário e integração social e comunitária. É uma solução permanente e eficaz, mais barata do que soluções tradicionais e que em 10 anos permitiu a superação da situação de rua no Canadá e 50% do índice de pessoas em situação de rua em Lisboa.

Assim, é necessária a criação de meios específicos para que a população em situação de rua seja reconhecida como sujeito de direitos, inclusive o direito à moradia. Deve-se ainda considerar as especificidades das vulnerabilidades de se ter renda 0. Como a localização de rotas da Cozinha Solidária, concentração de empregos, localização de CAPS/AD. Pontos estes já considerados hoje na concentração atual da população em situação de rua, logo este também deve ser um parâmetro na definição de HIS 0.



Mapa1.  
Elaboração  
própria.  
Fonte:  
Observasampa.  
Geosampa.



A obtenção de recursos vinculada diretamente à percentagem do FUNDURB. Objetiva-se incluir este público, visto que HIS1 tem baixa produção e tem falhado em atingir este público. A HIS0 deve considerar a vulnerabilidade alta da pop. em situação de rua e vinculá-las a territórios com serviços adequados, bem como contemplar a atual distribuição dessa população na cidade. Assim, HIS0 deve ter território específico nesses mesmos distritos conforme mapa anexo.